

Programa de Apoio à Reforma Urbana: 35 anos de extensão universitária e apoio aos movimentos sociais na luta pelo Direito à Cidade.

Alyne L. da Silva¹, Samaria da S. Pereira², Roselene de S. Portela³.

1. Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/UFPA), Faculdade de Serviço Social – FASS/UFPA; *alyneufpa@gmail.com
2. Bolsista de Extensão do Programa de Apoio à Reforma Urbana, Belém/PA – Universidade Federal do Pará.
3. Orientadora: Profa. Dra. da Faculdade de Serviço Social-UFPA e Coordenadora do Programa de Apoio à Reforma Urbana, Belém/PA.

Palavras-Chave: *Movimentos Sociais, Participação, PARU.*

Introdução

De acordo com Gonh (1991), os movimentos sociais no Brasil surgiram a partir dos anos de 1970, ainda no governo militar, com características bastante peculiares. Com o passar dos anos, os movimentos sociais foram sofrendo transformações, e na década de 1980, se articularam e organizaram com outras bandeiras de lutas, a exemplo dos movimentos de luta pela moradia, sem terra entre outros. A importância da participação popular vem no sentido da busca pela concretização dos direitos fundamentais e sociais do sujeito no contexto da cidade capitalista.

Nesse sentido, o Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), fundado desde 1981, vinculado a Faculdade de Serviço Social (FASS) e ao Laboratório de Pesquisa e Práticas Sociais na Amazônia (LABPSAM), do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), vem desenvolvendo um contínuo e progressivo trabalho na área de extensão na capacitação profissional para os docentes, discentes, técnicos e lideranças dos movimentos sociais, visando contribuir para apreensão da temática referente à questão urbana, potencializando a discussão do direito à cidade por meio de assessoria e capacitação técnica e sociopolítica. O presente trabalho objetiva explicitar a importância da extensão universitária e sua integração entre o ensino e a pesquisa na democratização do saber acadêmico fomentando a participação dos sujeitos sociais, capacitando e buscando fortalecer sua organização social e política.

Resultados e Discussão

O PARU, ao longo de sua trajetória de militância, assessoria e capacitação, tem auxiliado a luta dos movimentos sociais. Por meio da interação entre Universidade e sociedade, o Programa tem como objetivo propiciar o desenvolvimento de soluções que impulsionem a reforma urbana, para que se efetivem os direitos humanos referentes à moradia digna, saneamento, mobilidade urbana e regularização fundiária. Entre as atividades desenvolvidas estão as de capacitação em duas frentes articuladas: a capacitação técnica por meio da formação sociopolítica e a política por meio da sensibilização e mobilização, por meio de atividades como: oficinas, minicursos, rodas de debate e assessoria aos movimentos, por meio de reuniões, assembleias e apoio técnico. O PARU aprovou trabalhos científicos e participou de várias atividades como apresentação de artigos em eventos científicos, concernente com as atividades da extensão, e tem participado do grupo LABPSAM que promove uma articulação com outros projetos de pesquisa no âmbito da questão urbana e rural na Amazônia.

O Programa tem realizado suas atividades de acordo com as necessidades das lideranças comunitárias e de movimentos sociais, e também contando com as

organizações governamentais desenvolvendo o planejamento urbano.

Figura 1. Mapeamento de Conflitos Socioambientais na RMB.



Figura 3. Oficina EREDS NORTE.



Figura 2. Assembleia dos moradores da Av. Perimetral.



Figura 4. Oficina sobre Moradia Digna.



Conclusões

A UFPA busca dar conta do compromisso com o desenvolvimento social e do desafio de ampliar a interação com a sociedade. Para isso, o incentivo a programas e projetos de extensão é primordial para a troca de saberes acadêmico e popular, tanto para a formação crítica de docentes, discentes e técnicos, quanto ao fortalecimento dos movimentos sociais que lutam pelo Direito à Cidade e que, para Covre (2002), é uma estratégia de articulação indispensável à sociedade civil que visam melhorias sociais. É notável o progresso na organização política e instrumentalização técnica dos movimentos sociais, além dos docentes, discentes e técnicos envolvidos, o que permite também a produção de conhecimento para a contribuição científica. Assim, o PARU tem se tornado referência com relação a abordagem das políticas públicas urbanas e da Reforma Urbana, junto à órgãos públicos e entidades organizadas da sociedade civil, potencializando a discussão do Direito à Cidade. Entendemos que esse processo de construção deve ser uma ação contínua, visando contribuir com o processo de formação política dos movimentos sociais no contexto urbano.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. O que é cidadania. São Paulo: Brasiliense, 2002.

GONH, Maria da Glória. Movimentos Sociais e a Luta pela Moradia. São Paulo: Cortez, 1991.